SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 INTERNET: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	27
1.1 Primórdios do conceito de rede: técnica e literatura	27
1.1.1 O controverso Metaverso	33
1.2 Aspectos operacionais da internet	38
1.2.1 Linguagem HTML e <i>Browser</i>	38
1.2.2 Endereço IP: IPv4 x IPv6.....	40
1.2.3 <i>Cookies</i>	43
1.2.4 Site, domínio e <i>cybersequatting</i>	46
1.2.5 Internet das Coisas (<i>Internet of Things</i> – IoT)	49
1.2.5.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019	50
1.2.6 <i>Big Data</i>	52
1.2.7 Computação e armazenamento em nuvem (<i>cloud storage</i>) ...	54
1.2.8 Serviço <i>over-the-top</i> – OTT	55
1.2.9 Arquitetura <i>Peer-to-peer</i> – P2P.....	55
2 A NATUREZA DOS SERVIÇOS DE INTERNET E SUA REGULAÇÃO	57

2.1	O problema da regulação da internet	58
2.1.1	Regulação e agências reguladoras	58
2.1.2	A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997).....	60
2.1.3	A questão da natureza do serviço de conexão à internet: Serviço de Valor Adicionado x Serviço de Telecomunicações (Norma 004/1995 e Lei Geral de Telecomunicações)	64
2.1.4	Vácuo regulatório e potencial incompetência regulatória da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a regulação dos serviços de internet	70
2.1.5	Obstáculos à regulação direta da internet: dissolução de fronteiras e desafios à aplicação da lei local.....	72
3	AGENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA VIRTUAL.....	79
3.1	Provedores de serviços de internet: Provedores de aplicações e provedores de conexão.....	79
3.1.1	Provedores de <i>Backbone</i>	82
3.1.2	Provedor de acesso ou conexão	83
3.1.3	“Provedor” de informação e provedor de conteúdo.....	84
3.1.4	Provedor de hospedagem	86
3.1.5	Provedor de correio eletrônico	87
3.2	Das esferas de responsabilização dos provedores de serviço	87
4	COMUNIDADES VIRTUAIS	91
4.1	A natureza auto-organizada da internet enquanto sistema sociotecnológico.....	94
4.2	Comunidades virtuais: conformação conceitual e definições.....	99
4.3	Elementos Constitutivos das Comunidades Virtuais: Associação de Usuários e Plataforma Digital Sede	104

4.4 Características Comuns e Critérios de Qualificação das Comunidades Virtuais	106
4.5 Tipologia das Comunidades Virtuais: Critérios de Classificação.....	109
4.5.1 Quanto à temporalidade das comunicações: comunidades síncronas e assíncronas	109
4.5.2 Quanto ao Interesse dos usuários participantes: comunidades de motivação social e comunidades transacionais	110
4.5.3 Quanto à relação entre os membros e a plataforma: comunidades de discussão, de conclusão de objetivos e tarefas, de ambientes virtuais e híbridas	111
4.5.4 Quanto ao patrocinador da comunidade: comunidades fundadas por membros e comunidades patrocinadas por organizações.....	114

5 DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE VIRTUAL

117

5.1 A abertura do catálogo constitucional de direitos fundamentais....	118
5.2 Direito humano fundamental de acesso universal à internet.....	121
5.3 Inviolabilidade das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.....	127
5.4 Direito à privacidade e proteção dos dados pessoais: EC nº 115/2022	129
5.5 Liberdade de pensamento e de expressão	134
5.5.1 Liberdade de expressão e “PL” das <i>Fake News</i> (PL nº 2.630/2020).....	138

6 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

151

6.1 Afinal, o que são dados (pessoais)?.....	154
6.1.1 Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados	157
6.1.2 Metadados.....	159
6.1.3 Dados de saúde e Lei nº 14.289/2022: Sensibilidade qualificada	161
6.2 Vigência da LGPD: Cenários pré e pós-pandemia.....	163
6.3 A extraterritorialidade da LGPD: Diálogos com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e comparativo com a <i>General Data Protection Regulation</i> – GDPR.....	166
6.4 Tratamento de dados e os princípios da finalidade, necessidade e minimização de dados	173
6.5 Consentimento do usuário e políticas de privacidade: cerne interpretativo e condicionante para tratamento de dados	176
6.6 O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes: aplicação da doutrina da proteção integral.....	188
6.7 O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública	193
6.7.1 Indicação de encarregado pela proteção de dados	196
6.7.2 Compartilhamento (condicionado) de dados pessoais na Administração e Decreto nº 10.046/2019	199
6.7.3 A proteção de dados pessoais sensíveis e a Identificação Civil Nacional – ICN (Lei nº 13.444/2017).....	206
6.7.4 O tratamento de dados pessoais pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro: Provimentos CNJ nº 74/2018, 134/2022, 149/2023 e normas locais de serviço.....	210
6.8 As técnicas de anonimização de dados e sua (in)eficácia.....	220
6.9 Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade: Perspectivas administrativas e regime especial.....	226
6.10 O regime da responsabilidade Civil na atividade de tratamento: objetiva, subjetiva ou categoria especial?.....	234
6.11 A responsabilidade nos incidentes de vazamento de dados	249

7	MARCO CIVIL DA INTERNET: LEI Nº 12.965/2014....	259
7.1	Técnica legislativa subjacente: Código de Princípios e Cláusulas Gerais	261
7.2	Direitos e garantias dos usuários.....	267
7.2.1	Inviolabilidades e sigilo	269
7.2.2	Continuidade dos serviços de conexão.....	270
7.2.3	Manutenção da qualidade contratada e proteção de dados pessoais.....	276
7.3	Redação contratual e proteção do consumidor: Termos e condições gerais de uso	276
7.4	Neutralidade de rede: disciplina nacional e comparada.....	288
7.4.1	A neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e no Decreto nº 8.771/2016.....	293
7.4.2	A neutralidade de rede no modelo europeu: Regulamento EU 2015/2120.....	296
7.4.3	A neutralidade de rede no modelo norte-americano.....	299
7.4.3.1	A neutralidade de rede no governo Barack Obama: criação das regras de “ <i>open internet</i> ”	300
7.4.3.2	A neutralidade de rede no governo Donald Trump: o fim das regras de “ <i>open internet</i> ”	308
7.5	Responsabilidade civil dos provedores e controle de conteúdo ilícito	311
7.6	Guarda e requisição judicial de registros: requisitos e parâmetros para a prova digital	327
8	A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ESFERA DIGITAL.....	347
8.1	Informatização do processo administrativo e assinatura eletrônica.....	348

8.2 Acesso à informação e transparência.....	354
8.3 Governo digital e serviços públicos digitais.....	365
8.4 Nova de Lei de Licitações e Publicidade	375
8.5 Segurança da informação e defesa cibernética	381
8.6 Cartórios e Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP..	387

9 RESPONSABILIDADE CIVIL E TUTELA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL

9.1 Novos danos e interesses merecedores de tutela	392
9.2 Direitos da personalidade e responsabilidade civil por dano à imagem	399
9.3 A responsabilidade dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	412
9.4 A responsabilidade dos editores de blogs por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	419
9.5 A responsabilidade dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	422
9.6 A responsabilidade dos motores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca	423
9.7 Direito ao esquecimento e direito à desindexação: (ir)responsabilização dos provedores de aplicações	427
9.8 A responsabilidade dos aplicativos de transporte individual de passageiros	438
9.9 A responsabilidade dos provedores de <i>online marketplace</i> por danos causados por terceiros	461
9.10 Serviços <i>on-line</i> de hospedagem e disposições condominiais....	467
9.11 Direito de arrependimento (prazo de reflexão) e compras <i>on-line</i>	473
9.11.1 A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020 (RJET).....	479

9.12 Fraude bancária e responsabilidade em transações de <i>internet banking</i>	480
9.13 Responsabilidade civil por danos causados por inteligência artificial (IA)	487

10 COMÉRCIO ELETRÔNICO E NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO

10.1 Contratos e contratação eletrônica	497
10.1.1 Classificação dos contratos eletrônicos: contratos interpessoais, interativos, intersistêmicos e inteligentes....	501
10.1.2 Assinatura digital/eletrônica e integridade dos contratos eletrônicos	506
10.1.3 Lugar e momento da formação dos contratos eletrônicos	520
10.2 Regulamentação do <i>e-commerce</i> : Decreto nº 7.962/2013	526
10.3 Mecanismos de “Online Dispute Resolution” (ODR) e “Cyber-courts” no comércio eletrônico.....	536
10.4 Criptomoedas, <i>blockchain</i> e Lei nº 14.478/2022	549
10.5 <i>Crowdfunding</i> (financiamento coletivo).....	559
10.6 <i>Startups</i> , Inova Simples e Empresa Simples de Crédito	566
10.7 Lei Complementar nº 182/2021: Marco legal das <i>startups</i> e do empreendedorismo inovador	569

11 JOGOS ELETRÔNICOS E LEI Nº 14.852/2024

11.1 Concorrência no mercado de jogos e grandes “ <i>players</i> ”	581
11.2 Jogos eletrônicos e sua proteção como arte e expressão cultural.....	584
11.3 Natureza (jurídica) dos jogos eletrônicos	595
11.3.1 Mídia e multimídia	595

11.3.2	Programas de computador e obras intelectuais	599
11.4	Lei 14.852/2024: marco legal para a indústria de jogos eletrônicos	613
11.4.1	Princípios e proteção cultural e artística	615
11.4.2	Proteção da criança e do adolescente e dos consumidores em geral	623
11.4.3	Proteção de dados nos jogos eletrônicos	640
12	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO E TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO	645
12.1	4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0)	646
12.2	Ciência de dados e Jurimetria	649
12.3	Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Poder Judiciário	651
12.3.1	Resoluções CNJ nº 332/2020 e 615/2025: Inteligência Artificial e Direito	652
12.3.2	Resoluções CNJ nº 325/2020 e nº 370/2021: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD	664
12.3.3	Resolução CNJ nº 335/2020: PDPJ-Br	665
12.3.4	Resolução CNJ nº 337/2020: Videoconferência	667
12.3.5	Resolução CNJ nº 345/2020: Juízo 100% Digital	668
12.3.6	Resolução CNJ nº 354/2020: cumprimento digital de ato processual	670
12.3.7	Resolução CNJ nº 358/2020: ODRs e SIREC.....	671
12.3.8	Resolução CNJ nº 372/2021: Balcão Virtual.....	672
12.3.9	Resolução CNJ nº 385/2021: Núcleos de Justiça 4.0.....	673
12.3.10	Resolução CNJ nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	674
	Referências Bibliográficas	677